

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

Horários: 09:00 às 13:00h

Local : FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP RJ

Av. República do Chile, nº 330 – 17º andar – Torre Oeste – Centro – Sala dos Conselhos

PARTICIPANTES:

CONSELHEIROS TITULARES:

Indicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC

Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim – Presidente do Conselho

Secretário da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI - MCTIC

Prazo de atuação de **05/08/2019 a 04/08/2021** - Eleito na 5ª Assembleia Geral Extraordinária da Finep, realizada em 05/08/2018.

Cristina Vidigal Cabral de Miranda – Coordenadora de Gestão de Empresas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC

Prazo de atuação de **18/04/2019 a 17/04/2021** - Eleita na 5ª Assembleia Geral Extraordinária da Finep, realizada em 05/08/2018.

Indicada pelo Ministério da Economia/Secretaria Especial da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Rosilene Oliveira de Souza – Coordenadora de Informação de Custos e do Sistema de Gestão Patrimonial – SEF/STN/ME

Prazo de atuação de **18/04/2019 a 17/04/2021** – Reeleita na 3ª Assembleia Geral Ordinária da Finep, realizada em 18/04/2019.

CONVIDADOS:

Andre Godoy - Diretor da Diretoria Administrativa (DADM),

Paulo Rogério – Superintendente da Área de Auditoria (AUDI)

Isabela Fisher – Gerente substituta do Departamento de Auditoria (DAUD)

Hermann Tomas – Superintendente da Área de Logística (ALOG)

Tereza Santos – Superintendente da Área de Gestão de Pessoas (AGEP)

Henrique Viana – Superintendente da Área de Gestão Financeira da Finep (AGEF)

Israel Peres – Gerente do Departamento de Tesouraria da Finep (DTES1)

Pablo Arruda – Gerente do Departamento de Planejamento Financeiro, Orçamentário e Custos da Finep (DPFC)

Ulf Bergmann – Superintendente da Área de Tecnologia da Informação (ATI)

Janaina Prevot – Superintendente da Área da Secretaria Executiva da Finep (ASEF)

Pedro Rogério – Gerente do Departamento de Cobrança (DCOB)

Claudio Vicente – Gerente do Departamento de Recuperação de Crédito (DREC)

Douglas Santos – Coordenador da Coordenação de Contencioso (COCF)

Rafael Ansaloni – Superintendente da Área de Planejamento (APLA)

Rosilene Matos – Superintendente da Área de Conformidade, Integridade e Gestão de Riscos (ACIR)

Secretário Executivo: Marcos Castro – ASCL

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

ABERTURA

Após os cumprimentos formais, teve início a reunião às 8:30h.

I – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO E MANIFESTAÇÃO FORMAL

1. REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

- 1.1. Ata da 388ª Reunião realizada em 31/05/2019 (Remanescente da 389ª Reunião)
- 1.2. Ata da 389ª Reunião realizada em 02/07/2019 (Remanescente da 390ª Reunião)
- 1.3. Ata da 390ª Reunião realizada em 30/07/2019 (Remanescente da 391ª Reunião)

APROVADAS por unanimidade pelos Conselheiros presentes.

- 1.4. Ata da 391ª Reunião realizada em 30/08/2019 (Remanescente da 393ª Reunião)
- 1.5. Ata da 392ª Reunião realizada em 20/09/2019

Itens 1.4 e 1.5 - Atas enviadas aos conselheiros e não deliberadas – **MANTIDAS EM PAUTA** para deliberação na próxima reunião.

- 1.6. Ata da 393ª Reunião realizada em 23/09/2019

Ata não enviada - **MANTIDAS EM PAUTA** para deliberação em próxima Reunião.

O Conselho estabeleceu que os itens de pauta instruídos após o prazo regimental de submissão prévia aos Conselheiros não serão deliberados ou apreciados na presente reunião.

II – ASSUNTOS PARA ACOMPANHAMENTO

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

2.1. Planilha de acompanhamento mensal

2.2. Pareceres jurídicos e técnicos dos contratos como inexigibilidade, dispensa de licitação e termos aditivos

2.3. Projeções de renovações de contratos administrativos com encerramento em 2019

O Superintendente da Área de Logística (ALOG), Hermann Tomas, apresentou a planilha de acompanhamento mensal onde constam os novos contratos e contratos renovados no período, com esclarecimentos sobre os objetos contratados, modalidades de contratação e finalidades.

Para atendimento da demanda do Conselho Fiscal foi informado que serão renovados 13 (treze) contratos administrativos com encerramento em 2019 com destaque para os seguintes em virtude do valor global: (i) ALVO RH SERVIÇOS TEMPORÁRIOS EIRELLI – Valor Global de R\$ 1.366.866,00; (ii) ZIVA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA – Valor Global de R\$ 681.996,00; (iii) B PRINT EDITORA GRÁFICA LTDA – Valor Global de R\$ 467038,00; (iv) PRICEWATERHOUSECOOPERS SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA – Valor Global de R\$ 416.599,14; e (v) GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS – Valor Global de R\$ 949.849,09.

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

Os conselheiros emitiram as seguintes demandas:

- Assuntos Administrativos - Contrato de Assessoria Jurídica da AJDA - Tupinambá Advogados: esclarecimentos sobre a regularidade da renovação por 24 meses enquanto que o padrão seria de 12 meses e economicidade da métrica adotada para pagamento por valor fixo enquanto o comum do mercado é o timesheet (meio de controlar as horas trabalhadas); e
- Assuntos Administrativos - Viagens nacionais e internacionais: Submissão de relatório, referente aos últimos 3 (três) anos onde constem dados referentes à data da viagem e data da solicitação estratificados por diretoria.

.Assunto **APRECIADO e DEBATIDO** pelos Conselheiros participantes.

3. ASSUNTOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Plano de Ação de cumprimento da Resolução CGPAR nº 25/2018

A Superintendente da Área de Gestão de Pessoal (AGEP), Tereza Cristina A. dos Santos, relatou sobre o assunto destacando os seguintes pontos:

1. Objetivo da resolução:

A resolução estabelece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais quanto ao patrocínio de plano de benefícios de previdência complementar.

O Art. 4º determina que os planos de benefícios de previdência complementar estruturados na modalidade de benefício definido deverão ser submetidos à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, em até doze meses da entrada em vigor desta Resolução, propondo a alteração nos regulamentos dos planos de benefícios de forma a contemplar 7 (sete) tópicos, com destaque para:

- a. o fechamento do plano a novas adesões;
 - b. a adoção de teto para salário de participação não superior à maior remuneração de cargo não estatutário da empresa patrocinadora;
 - c. a vinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias a valor de RGPS hipotético.
2. Conceitos gerais sobre Plano de Benefício Definido, Plano de Contribuição Definida e Regulamento do Plano de Benefícios.
 3. Plano PPC – modalidade de plano.
 4. Principal alteração imposta pela norma: fechamento a novas adesões
 5. Alternativa proposta pela norma: Criação de um Novo Plano na modalidade CD, (CGPAR25) com o intuito da formação de um Benefício Adicional de Aposentadoria ao Plano PPC (fechado a novas adesões) e proporcionar um plano aos empregados que não estão cobertos pelo Plano PPC e com adesão voluntária.
 6. Alternativa recomendada pela Diretoria Administrativa da Finep: fechamento do plano a novas adesões e criação de novo plano de previdência CD.
 7. Cronograma de atividades até o dia 06/12/2019 para cumprimento à CGPAR 25.
 8. Próxima etapa após o atendimento à Resolução CGPAR 25: Análise dos impactos das

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

Alternativas possíveis a alteração no Plano de Benéficos PPC, visando uma adequação das expectativas da FINEP quanto ao plano de previdência complementar oferecidos aos seus empregados.

Com o assunto em discussão a Superintendente salientou que a alternativa proposta será o fechamento para novas adesões e alterações no Regulamento de acordo com a determinação normativa e será apresentado ao Conselho de Administração para deliberação.

Assunto **APRECIADO, DEBATIDO e MANTIDO EM PAUTA** pelos Conselheiros presentes. A manutenção em pauta se justifica pela necessidade de monitoramento do cronograma devido ao prazo estipulado pela SEST de 06/12/2019. A apresentação sobre o andamento das ações adotadas deverá ocorrer na reunião do Conselho Fiscal do dia 14/11/2019.

4. ASSUNTOS FINANCEIROS DA FINEP

4.1. Fluxo de Caixa de Curto Prazo – Finep

O Superintendente da Área de Gestão Financeira da Finep (ASEF), Henrique Vianna, juntamente com o Gerente do Departamento de Tesouraria (DTES1), Israel Peres, apresentou o Fluxo de Caixa de Curto Prazo referente ao período de Out/2018 à Set/2019 e projeções até Mar/2020 destacando os seguintes pontos: (i) saldo de caixa mensal com geração de caixa operacional negativa de R\$ 70,4 milhões, geração de tesouraria positiva de R\$ 46,3 milhões, geração de investimentos negativa de R\$ 0,9 milhão o que gerou um total negativo de R\$ 25 milhões; (ii) fluxo de caixa executado para o período estratificado por entradas operacionais e outras receitas, captação e recebimento de amortizações, pagamentos de juros, demais despesas operacionais, liberações, pagamento de amortizações e fundos de investimentos, apresentado um saldo inicial de R\$ 5,3 milhões e saldo final de R\$ 6,7 milhões; (iii) liberações por fonte e acumulado para o período de R\$ 1,09 Bilhão, sendo 8% recursos FUNTTEL, 16% recursos FNDCT e 76% FINEP; (iv) fluxo de caixa acumulado até setembro/2019 contendo entradas e saídas de intermediação, entradas e saídas do fluxo de capitais, dividendos / JCP, geração total de caixa e saldo final; (v) destaques da intermediação – juros ao FNDCT de R\$ 93,7 milhões, juros compensatórios de R\$ 39,2 milhões e juros ao BNDES; (vi) destaques dos investimentos - amortização ao FNDCT de R\$ 80,1 milhões, recebimento de amortizações de R\$ 177,5 milhões e amortização do BNDES de R\$ 67,2 milhões; e (vii) aplicações financeiras para o período apresentando uma rentabilidade média de 8,6% anualizada.

A distribuição das aplicações financeiras está composta da seguinte forma: 43% em extramercado BB, 45,2% em extramercado CAIXA, 4% em extramercado exclusivo e 7,8% em Tesouro Nacional.

Com o assunto em discussão, foram questionadas e debatidas as rentabilidades das aplicações financeiras em extramercado e títulos do Tesouro Nacional e as negociações com o BNDES para a quitação antecipada dos empréstimos do Programa PSI e as tratativas para a suspensão da cobrança de multa.

O Conselho demandou à Área de Gestão Financeira da Finep a apresentação de um balanço das operações do Programa PSI.

Assunto **APRECIADO e DEBATIDO** pelos Conselheiros presentes e emitiu as seguintes recomendações:

- Dar conhecimento ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva quais são as ações adotadas e previstas para desfazer o aumento dos recursos em caixa, tendo em vista o crescimento substancial de caixa nos últimos anos e tal fato não faz parte da atividade finalística da empresa; e

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

- A Diretora deve agilizar o regulamento do Comitê de Caixa para que este entre em funcionamento e passe a analisar os fundos.

4.2. Informações Financeiras - Programa de Dispêndios Globais – PDG

O Gerente do Departamento de Planejamento Financeiro, Orçamentário e de Custos, Pablo Arruda, apresentou a reprogramação dos dispêndios do exercício em curso destacando os seguintes pontos: (i) Redução do valor de liberações para Operações de Crédito e Inversões Financeiras; (ii) Revisão dos valores de captação de Recursos de Terceiros – FNDCT LOA 2019; (iii) Revisão do valor de recebimento de juros de operações de crédito e receitas de aplicações financeiras; (iv) Revisão dos valores de pagamento de Amortizações de Recursos Terceiros – BNDES e FAT; (v) Redução da previsão de dispêndios com juros; (vi) Ajustes em rubricas de Pessoal e Encargos Sociais; e (vii) Revisão pontual de algumas Despesas Administrativas.

Assunto **APRECIADO e DEBATIDO** pelos Conselheiros presentes.

4.3. Fluxo de caixa de longo prazo (2019/2023) - revisão das premissas e projeções para despesas com pessoal, encargos e benefícios, aplicações de crédito (saídas de capitais) e saldo de caixa

Assunto **MANTIDO EM PAUTA** por solicitação da área responsável.

4.4. Agenda de quitação antecipada do empréstimo BNDES e Balanço das operações do Programa PSI

O Superintendente da Área de Gestão Financeira (AGEF), Henrique Vianna Medeiros, informou que houve o pagamento dos empréstimos do BNDES ficando com apenas um vigente, que está em prazo de carência, e assim que esta acabar será proposto à Diretoria o pagamento total.

Houve a apresentação do Resultado Bruto do Programa PSI contendo dados de 2011 à 2018 contendo as seguintes contas: (i) juros recebidos totalizando R\$ 2,33 bilhões; (ii) rendimentos auferidos totalizando R\$ 799,6 milhões; (iii) juros pagos ao BNDES totalizando R\$ 2,06 bilhões; (iv) IOF recolhido no valor de R\$ 37,5 milhões; (v) inadimplência no valor de R\$ 69 milhões; e (vi) Balanço da operação totalizando R\$ 959,3 milhões.

Com o assunto em discussão salientou-se que não houve custo incremental para a operacionalização do PSI, não houve contratação de consultorias ou serviços extras e as diárias e passagens foram cobertos por tarifas cobradas dos contratos.

Assunto **APRECIADO e DEBATIDO** pelos Conselheiros presentes.

5. ASSUNTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.1. Negociação do contrato com a empresa WALAR IT BUSINESS - decisão tomada (acordo, arbitragem ou judicialização), fundamentação e medidas adotadas

5.2. Acompanhamento de pendências de implantação dos módulos ERP

5.3. Acompanhamento de providências do PPS e cumprimento dos requisitos da Resolução CGPAR 11/2016

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

O Superintendente da Área de Tecnologia da Informação (ATI), Ulf Bergman, relatou sobre o processo de negociação com a empresa Walar e esta em reuniões complementares ocorridas em outubro de 2019 reiterou sua posição quanto aos itens divergentes solicitando prazo para apresentar argumentos legais de sustentação, além de indicar que não deseja utilizar arbitragem. De acordo com argumentos legais encaminhados pela empresa a visão inicial da Finep é de que eles não se sustentam e a Área Jurídica da Finep foi acionada à emitir um parecer.

Seguem as pendências cuja decisão é necessária:

1. Licenciamento Webcenter não conforme com edital na integração com FSCM

Consenso entre as partes, com ações críticas para conclusão.

O fornecedor deverá:

- a) apresentar de carta do fabricante (Oracle) atestando o racional;
- b) apoiar a realização de testes de integração com base nas informações prestadas;
- c) realizar as configurações, se necessário, para habilitar as integrações com o Webcenter (prazo depende do item b).

2. Requisitos Pendentes Frente GED

Consenso entre as partes, com ações críticas para conclusão:

- a) Walar avaliar a inclusão da integração com ECM dos anexos RH no âmbito do projeto do upgrade HCM; e
- b) realizar a configuração dos módulos da frente de RH para manipulação de anexos utilizando a ferramenta.

3. Devolução do valor do licenciamento e manutenção de licença (OFSAA)

Não há consenso entre as partes.

O fornecedor deverá restituir os valores referentes ao licenciamento e manutenção de licenças que não foram ativadas, de acordo com o levantamento de valores realizado pela Finep.

O Superintendente apresentou ainda a análise de alternativas considerando Acordo, Arbitragem e Judicialização, bem como, os prós e contras. Seguem abaixo os valores e prazos estimados para cada tipo de alternativa.

1. Acordo:

- Valor proposto: R\$ 309.628,52 ;
- Sem custos para judicialização;
- Possível custo de perito
- Prazo para resolução: 6 meses

2. Arbitragem:

- Valor pretendido: R\$ 887.847,85;
- Custo da arbitragem: aproximadamente R\$ 175.000,00;
- Possível custo de perito

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

- Maior celeridade que judicialização
3. Judicialização:
- Valor pretendido: R\$ 887.847,85;
 - Perícia: R\$ 45.000,00;
 - Custas em caso de perda: R\$ 220.000,00;
 - Prazo estimado de 11 anos para resolução.

Com o assunto em discussão os conselheiros questionaram sobre qual alternativa seria tomada (acordo, arbitragem ou judicialização) e o superintendente informou que a Diretoria Executiva ainda não definiu a linha de ação a ser adotada tendo como base as alternativas possíveis.

O superintendente apresentou as providências do PPS e cumprimento dos requisitos da Resolução CGPAR 11/2016 enfatizando que, do total de 16 (dezesseis) itens, 6 (seis) foram atendidos e restam 10 (dez) a serem atendidos.

Assunto **APRECIADO e DEBATIDO** pelos Conselheiros presentes.

6. ASSUNTOS FINANCEIROS

Relatório Gerencial do FNDCT - Acompanhamento da execução orçamentária e financeira

A Superintendente da Área da Secretaria Executiva do FNDCT (ASEF), Janaína Prevot Nascimento, apresentou o assunto referente à Execução Orçamentária e Financeira do FNDCT com posição de 30/09/2019 enfatizando os seguintes aspectos: (i) arrecadação mensal de 2019; (ii) arrecadação por origem – projetado e realizado; (iii) execução orçamentária mensal; (iv) orçamento utilizado por tipo de instrumento; (v) juros equalizados e retorno de fundos; (vi) execução financeira mensal; (vii) pagamentos por instrumento; (viii) execução financeira por origem de recursos; (ix) PLOA – FNDCT 2020 – origem dos recursos; (x) execução dos restos a pagar; e (xi) pagamentos e empenhos retidos na ASEF de projetos contratados e para contratação.

Durante a apresentação e com o assunto em discussão a Superintendente ressaltou os seguintes pontos:

1. O FNDCT recebeu toda cota de limite orçamentário esperada para o exercício, R\$589,3 milhões, e utilizou R\$ 508,1 milhões (86,2%);
2. O MCTIC nos disponibilizou R\$422,3 milhões de recursos financeiros até setembro e foram utilizados R\$421,8 milhões, os seja, 99,9%;
3. No início do exercício havia R\$394,9 milhões de restos inscritos, R\$8,0 milhões foram cancelados, R\$ 142,4 milhões foram pagos, restando R\$244,5 milhões a pagar.

Assunto **APRECIADO e DEBATIDO** pelos Conselheiros presentes.

7. ASSUNTOS FINANCEIROS E JURÍDICOS

7.1. Informações Financeiras - Relatório de Inadimplência – Indicadores

O Gerente do Departamento de Cobrança (DCOB), Pedro Furley, apresentou o assunto ressaltando os seguintes aspectos: (i) retorno de cobrança até D+30 onde o percentual recebido em Set/2018 foi de 94,6% e no mesmo período de 2019 foi de 98,4%; (ii) empresas inadimplentes com pagamento parcial –

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

GRANBIO e INBRATERRESTRE; (iii) empresas inadimplentes com pagamento em aberto – CARTA FABRIL GOIÁS, CMA ENG SISTEMAS, CORDOARIA SÃO LEOPOLDO, DICA DO CHEF, DUROLINE, EPC ENGENHARIA, FB PARTICIPAÇÕES, FEZER SA, OXIPIRA e PLASC LTDA; (iv) quadro com as empresas inadimplentes com atrasos até 30, 60, 90, 180, 360 dias e acima de 360 dias; (v) quadro de projeções contendo amortização, juros compensatórios e juros equalizados de 2019 à 2030; e (vi) gráfico com liberações, amortizações e saldo acumulado.

As amortizações extraordinárias ocorridas até 30/09/2019 foram as seguintes:

1. Vencimento antecipado – inadimplência técnica: R\$ 4,8 milhões (2%) de 2 empresas;
2. Vencimento antecipado – fiança bancária: R\$ 106 milhões (52%) de 4 empresas;
3. Liquidação antecipada – sem compensação financeira: R\$ 62,8 milhões (31%) de 11 empresas;
4. Liquidação antecipada – com compensação financeira: R\$ 12,9 milhões (6%) de 4 empresas; e
5. Devolução de saldos: R\$ 18,4 milhões (9%) de 9 empresas.

Assunto **APRECIADO e DEBATIDO** pelos Conselheiros presentes com a emissão da seguinte recomendação direcionada ao Conselho de Administração:

- Avaliar o elevado grau de dependência dos juros equalizados sobre os juros totais. A execução de janeiro de 2019 e em todos os demais meses o montante amortizado é maior que a liberação.

7.2. Status e projeções da carteira de operações em renegociação de dívida e recuperação judicial

O Gerente do Departamento de Recuperação de Crédito (DREC), Claudio V.Di Gioia F.Silva, acompanhado do Coordenador do Contencioso da Finep (COCF), Douglas Santos dos Reis, apresentou o assunto destacando os seguintes aspectos: (i) quadro demonstrativo contendo a carteira ativa de crédito onde constam os status de regularidade, em renegociação, em cobrança judicial e em recuperação judicial caracterizados por normalidade e quantidade de dias em atraso de 30 à 360 dias e acima de 360 dias; (ii) índice de inadimplência geral de 5,28% em agosto de 2019 composto por 1,31% em renegociação, 1,55% em cobrança judicial e 2,41% em recuperação judicial sem plano homologado; (iii) créditos reestruturados divididos em carteira de crédito ativa e empresas em cobrança judicial com baixa contábil; (iv) quadro com os 10 maiores créditos reestruturados da carteira que totalizam 16 contratos e um valor total de saldo devedor de R\$ 1,19 bilhão; (v) perfil da carteira atual do departamento formada (saldo devedor) por 19% de renegociação (nove empresas), 33% em cobrança judicial (nove empresas), 48% em recuperação judicial (onze empresas) e 0,3% de empresas enquadradas no Plano de Recuperação de Crédito da Finep (uma empresa); (vi) carteira do contencioso com total de 819 processos judiciais ativos.

Com o assunto em discussão ressaltou-se que os principais desafios de negociação visam as empresas Aeroportos – RJ, Colorminas – RJ, Cordoaria, Fezer, GranBio e IRO e as perspectivas de recuperação de crédito das empresas Acrinew, Biovert, Danish Bakery, Mate Laranjeiras, e Tebasa.

O assunto foi **APRECIADO e DEBATIDO** pelos Conselheiros presentes.

8. ASSUNTOS DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Estratégia de Longo Prazo e Plano de Negócios da Finep - objetivos, indicadores e meta dos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados – PLR e de Remuneração Variável Anual – RVA 2019 – 1º e 2º trimestres

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

O Superintendente da Área de Planejamento (APLA), Rafael Ansaloni Fortes, apresentou o resultado dos indicadores conforme destacados abaixo, onde 6 (seis) metas foram atingidas e 8 (oito) não foram atingidas:

1. Produtividade *per Capita* – Não Atingido:

Resultado do 2º Trimestre: R\$ 22,88 mil / empregado

Meta do 2º Trimestre: \geq R\$ 107,19 mil / empregado

Meta Anual: \geq R\$ 214,38 mil / empregado

As empresas Mectron e Odebrecht entraram em regime de recuperação judicial, o que acarretou o provisionamento de mais de R\$ 90 milhões, diminuindo o resultado bruto da Finep em comparação com o 1º trimestre.

2. Tempo médio para contratação de projetos de crédito – Não Atingido:

Resultado do 2º Trimestre: 297 dias

Meta do 2º Trimestre: \leq 180 dias

Meta Anual: \leq 180 dias

A orientação que vigorava até a 17ª Reunião do Conselho Diretor do FNDCT, no dia 21/08/2019, era que não fossem assumidos novos compromissos que gerassem equalização e a partir dessa orientação, de abril até essa data, todos os projetos de crédito ficaram mantidos em pauta aguardando deliberação.

3. Projetos que excederam 200 dias de contratação - Atingido

Resultado do 2º Trimestre: 46,67%

Meta do 2º Trimestre: \leq 49,35%

Meta Anual: \leq 49,35%

4. Nível de Execução de Recursos para Operações de Crédito – Não Atingido

Resultado do 2º Trimestre: 14,87%

Meta do 2º Trimestre: \geq 32,00%

Meta Anual: \geq 64,00%

Com a diminuição do ritmo de contratação por conta das discussões acerca da taxa de equalização, as liberações também diminuíram. Vale destacar que a primeira parcela, que é liberada logo após a contratação, costuma ser maior que as parcelas posteriores.

5. Crescimento do Ativo de Crédito e Investimento – Não Atingido

Resultado do 2º Trimestre: - 4,95%

Meta do 2º Trimestre: \geq 5,21%

Meta Anual: \geq 10,42%

Estagnação econômica, discussão com o MCTIC sobre a equalização, ritmo de amortizações por parte das empresas tem sido maior do que nos anos anteriores e mais provisionamentos por conta de empresas em liquidação judicial foram os motivos do não atingimento.

6. Encerramento de Instrumentos Contratuais Não Reembolsáveis – Atingido

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

Resultado do 2º Trimestre: 23,07%

Meta do 2º Trimestre: $\geq 20,00\%$

Meta Anual: $\geq 40,00\%$

Continua em curso a implantação de medidas de gestão relacionadas ao processo de prestação de contas de instrumentos não-reembolsáveis. A tendência para os próximos meses é de maior incremento da produtividade, com base em ações de automação que estão sendo estruturadas para melhorias no processo, com perspectiva de cumprimento da meta definida para 2019.

7. Cobertura de despesas administrativas – Atingido

Resultado do 2º Trimestre: 0,88

Meta do 2º Trimestre: $\geq 0,82$

Meta Anual: $\geq 0,82$

Houve uma piora no indicador, principalmente em função do aumento da despesa de intermediação financeira e devido ao provisionamento de R\$ 90 milhões.

8. Execução dos Recursos do FNDCT – Atingido

Resultado do 2º Trimestre: 78,25%

Meta do 2º Trimestre: $\geq 49,85\%$

Meta Anual: $\geq 99,69\%$

A Finep recebeu no segundo trimestre toda cota de limite orçamentário esperada para o exercício, R\$589,3 milhões. Foram utilizados R\$ 461,2 milhões, 14% a menos que no mesmo período de 2018 - paralização na execução desde abril, devido a indefinições nas prioridades de empenhos e transferências orçamentárias.

9. Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido – Não Atingido

Resultado do 2º Trimestre: - 2,68%

Meta do 2º Trimestre: $\geq 3,86\%$

Meta Anual: $\geq 3,86\%$

O prejuízo aumentou de R\$ 26,65 mi para R\$ 56,08 mi do 1º para o 2º trimestre. A principal razão para isso foi o provisionamento de R\$ 90 mi já citado pois, até maio, o resultado operacional era de R\$ 32,6 mi positivos. O efeito fiscal desse provisionamento amenizou um pouco o resultado líquido, diminuindo o pouco o prejuízo apurado.

10. Tempo de Ciclo do Processo de Análise de Crédito dos projetos da Diretoria de Inovação - 45 dias – Não Atingido

Resultado do 2º Trimestre: 21,05%

Meta do 2º Trimestre: $\geq 72,17\%$

Meta Anual: $\geq 72,17\%$

A discussão sobre equalização com MCTIC também afetou esse indicador, pois todos os projetos de crédito estavam em pauta aguardando deliberação.

11. Nível de Execução das Prioridades da DPLR – Atingido

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

Resultado do 2º Trimestre: 115,00%

Meta do 2º Trimestre: $\geq 80,00\%$

Meta Anual: $\geq 80,00\%$

Resultado acumulado no 2º Trimestre foi de 33 TCEs finalizadas de 34 TCEs disponíveis e existem *roadmaps* em elaboração e em atualização e quatro marcos em andamento, mas nenhum finalizado no trimestre.

12. Processamento das Propostas Não Reembolsáveis sob a Responsabilidade da DRCT – Não Atingido

Resultado do 2º Trimestre: 19,15%

Meta do 2º Trimestre: $\geq 80,00\%$

Meta Anual: $\geq 80,00\%$

O cronograma previa o encerramento de três rodadas da Chamada Pública SOS-Equipamentos no 2º trimestre, mas apenas a 7ª rodada foi encerrada e a Ação Transversal / Projetos Institucionais 02/2018, originalmente prevista para ser encerrada no 2º trimestre, foi prorrogada para o 3º trimestre.

13. Índice Geral de Cobertura de Despesas – Não Atingido

Resultado do 2º Trimestre: 95,76%

Meta do 2º Trimestre: $\geq 115,93\%$

Meta Anual: $\geq 115,93\%$

O indicador foi afetado negativamente pelo provisionamento ocorrido por conta das recuperações judiciais. Em menor grau, também foi afetado pelo provisionamento fiscal de 13,9 milhões de uma ação do INSS, que está sendo classificada como perda provável.

14. Nível de Execução de Projetos Priorizados da DADM – Atingido

Resultado do 2º Trimestre: 100,00%

Meta do 2º Trimestre: $\geq 80,00\%$

Meta Anual: $\geq 80,00\%$

Todos os marcos previstos para o 2º trimestre foram concluídos dentro do prazo.

O assunto foi **APRECIADO e DEBATIDO** pelos Conselheiros presentes com emissão da seguinte recomendação ao Conselho de Administração:

- há necessidade de se expurgar o tempo da empresa tomadora para refletir adequadamente o tempo de análise da Finep, pois atualmente o tempo de contratação é impactado pela empresa tomadora de crédito, no qual a Finep não tem diligência e não pode adotar nenhuma ação para reduzir seu tempo e portanto, com o objetivo de tornar mais realista, os indicadores precisam ser revistos para melhor apontar as práticas e gestão da estatal e estes devem exprimir o impacto da ação e não o esforço de forma a indicar a produtividade e não apenas a eficácia.

9. ASSUNTOS DE AUDITORIA

9.1. Relatório de Análise das Demonstrações Financeiras Semestrais

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

9.2. Plano de Providências da Finep - PPFinep

Assuntos **MANTIDOS EM PAUTA** por solicitação da área responsável.

10. ASSUNTOS DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

10.1. Relatório Trimestral de Atividades de Conformidade, Integridade e Riscos

A Superintendente da Área de Conformidade, Integridade e Gestão de Riscos (ACIR), Rosilene Matos Domingues, apresentou o Relatório de Atividades do 3º Trimestre de 2019 destacando os seguintes pontos: (i) conclusão do Projeto Piloto Norma/Metodologia - avaliação do nível de risco socioambiental de projetos de crédito onde constam a metodologia de avaliação, Política de Responsabilidade Socioambiental, formulário com motor de cálculo e Norma Interna N-GES-013/2018; (ii) cronograma de reuniões constando 9 (nove) semanas para o mapeamento do processo de conformidade institucional; (iii) ambientação em parceria com a Comissão de Ética para ocupantes de cargos comissionados (não efetivo); e (iv) criação da Comissão Multidisciplinar para a implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Com o assunto em discussão foram apresentadas as próximas ações relevantes da área: criação de ferramenta de TI para otimização da gestão integrada de riscos, levantamento dos riscos e fatores de Risco associados a cadeia de valor, contratação de consultoria para implantação do SICOM e LGPD, fortalecimento e divulgação do Programa de Integridade da Finep para o público interno e externo e especificação do Processo de Conformidade Institucional.

O assunto foi **APRECIADO e DEBATIDO** pelos Conselheiros presentes.

10.2. Acórdão TCU 1627/2017 – Matriz de riscos dos macroprocessos e plano de ação

A Superintendente da Área de Conformidade, Integridade e Gestão de Riscos (ACIR), Rosilene Matos Domingues, apresentou o mapeamento do Tribunal de Contas da União cuja Notificação de Providências da Auditoria nº 491/2017 determina que a Finep avalie a conveniência e a oportunidade de providenciar medidas mitigadoras a fim de debelar as fraquezas e ameaças identificadas na gestão da entidade, bem como os riscos associados.

Os macroprocessos mapeados pelo TCU foram Operações de crédito, Subvenção econômica e Convênio/termos de execução descentralizada e houve a identificação de 26 (vinte e seis) riscos associados, dentre eles 9 (nove) identificados como risco ALTO, 11 (onze) como MÉDIO e 6 (seis) como risco BAIXO.

Com o objetivo de mitigar os riscos identificados ou aprimorar as macroatividades avaliadas a Finep pôs em ação 38 (trinta e oito) Planos de Ação envolvendo 15 (quinze) unidades e o status até o momento (Out/2019) é: concluído – 4, em andamento – 22 e não iniciado – 12. O prazo final para a conclusão de todo o plano está previsto para junho de 2021.

O assunto foi **APRECIADO e DEBATIDO** pelos Conselheiros presentes.

11. ASSUNTOS DE GESTÃO – Para conhecimento

11.1. Quadro de Acompanhamento das Atas

11.2. Atas de Reunião de Diretoria

CONSELHO FISCAL

ATA DA 394ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/11/2019

- 11.3. Atas do Comitê de Auditoria
- 11.4. Atas do Conselho de Administração
- 11.5. Deliberações do Conselho de Administração para ciência do Conselho Fiscal

12. OUTROS ASSUNTOS – Para conhecimento

- 12.1. MEMO/AUDI/Nº229/2019 – Nota Técnica AUDI nº 08/2019 – Avaliação da aderência da Finep às exigências emitidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR
- 12.2. Relato do encaminhamento das demandas e recomendações do Conselho Fiscal da 392ª e 393ª Reuniões
- 12.3. Ofício AUDI nº 12/2019 – Alteração de data de apresentação do Plano de Providências da Finep ao Conselho de Administração

IV – FECHAMENTO DA ATA

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos mandando lavrar a presente Ata, por mim elaborada e assinada, da qual faz parte integrante, como se nela transcrito, o inteiro teor dos documentos mencionados e que vai assinada por ele e pelos demais membros do Conselho Fiscal.

Marcos Castro
Secretário Executivo

Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim
Conselheiro Titular-Presidente

Cristina Vidigal Cabral de Miranda
Conselheira Titular

Rosilene Oliveira de Souza
Conselheira Titular